



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão mista de Constituição, Justiça e Redação e Segurança Pública e Defesa Social

PARECER DA COMISSÃO
Nº 68 /2018

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 051/2018, QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO § 2º DO ARTIGO 67 DA LEI 4.551/2013, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE URBANO DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS.

I) RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 051/2018, que dispõe sobre a alteração do § 2º do artigo 67 da lei 4.551/2013, de autoria do vereador Ivanaldo Braz Silva Simplício, sobre a regulamentação do sistema de transporte urbano do município de Parauapebas.

O Projeto de Lei em pauta está regularmente autuado e foi entregue a esta comissão em conformidade com os trâmites regimentais, para análise de seus aspectos legal e constitucional.

O texto foi encaminhado à Comissão mista para fins de parecer.

É o relatório. Vejamos.

II) VOTO DA RELATORA:

O Projeto tem por intuito alterar a Lei nº 4.551/2013, que dispõe sobre a regulamentação do sistema de transporte urbano do município de Parauapebas, nas modalidades transporte público coletivo, transporte privado coletivo, transporte de pequenas cargas, condução escolar, táxi, moto táxi e motofrete, especificamente com relação ao disposto no artigo 67, § 2º, que tem a seguinte redação vigente:



Art. 67. A revogação do credenciamento do concessionário, permissionário e autorizatário, observadas as normas constantes do edital de licitação e respectivo contrato, quando for o caso, será aplicada quando este não renovar o



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão mista de Constituição, Justiça e Redação e Segurança Pública e Defesa Social

Certificado de Autorização de Tráfego - CAT dentro do prazo e critérios estabelecidos pelo poder executivo, e de forma específica a pessoa jurídica, por ter sido constatado, mediante processo administrativo, a incapacidade administrativa, econômico-financeira ou técnico operacional desta, nos termos do parágrafo único do artigo 117 deste Regulamento.

(...)

§ 2º A autorização que for revogada poderá ser novamente concedida em 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do ato, podendo o interessado apresentar-se ao processo seletivo, que avaliará todos os critérios e normas, previstos neste Regulamento.

Na justificativa ao Projeto de Lei o autor narra:

“Precisamos rever alguns instrumentos normativos que encontram-se ultrapassados, e que não atendem eficazmente a atual realidade. O processo de revogação para ser concluído leva em média um ano, e depois disso, mais 180 dias para que seja concedida uma nova autorização. No meu entendimento, se a intenção da norma é penalizar o infrator, vejo que a pena está sendo aplicada muito além da necessidade”.

Logo, denota-se que a proposição está fundamentada no intento de que o permissionário, concessionário ou autorizatário que por algum motivo tenha tido seu credenciamento revogado, veja reduzido o prazo para novo credenciamento, que atualmente é de 180 (cento e oitenta) dias, para 40 (quarenta) dias, garantindo maior possibilidade de acesso ao trabalho para provento de sustento familiar.

Acerca da proposição, narra o Regimento Interno:

Art. 222. Projeto de lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria legislativa de competência do município e sujeita à sanção do Prefeito.

§ 3º A iniciativa dos projetos de lei, observada a competência exclusiva, cabe:

(...)

III - ao Vereador;

Dispõe a legislação de regência (Lei 4.551/2013) acerca das competências do Poder Executivo:

Art. 7 Incumbe ao Poder Concedente:

I - conceder, permitir ou autorizar a prestação do serviço;





ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão mista de Constituição, Justiça e Redação e Segurança Pública e Defesa Social

II- homologar reajustes e proceder a revisão das tarifas na forma no edital de licitação, deste regulamento e das demais normas pertinentes;

LII- zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão identificados, em 30 (trinta) dias, das providências tomadas.

IV- exigir e fiscalizar o cumprimento das normas gerais e locais que regulam a prestação do serviço público de transporte, de modo a garantir segurança e a efetividade de direitos a todos os usuários, incluindo a proteção dos direitos dos portadores de necessidades especiais e dos idosos, nos termos da legislação específica.

Portanto, quanto à iniciativa, conforme a Lei em comento, não há máculas na proposição, visto que não invade competência do Poder Executivo.

Isto posto, fica evidente que o Projeto não está constituído de vícios ou ilegalidades.

Destarte, atendendo às condições prescritas no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica Municipal e em parcimônia ao dever parlamentar de zelar pelos direitos da comunidade local, **opino pela legalidade do projeto em comento.** É como voto.

É o parecer da relatora.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2018.

Eliene Soares
Relatora





ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão mista de Constituição, Justiça e Redação e Segurança Pública e Defesa Social

III) PARECER DA COMISSÃO

A Comissão mista de Constituição, Justiça e Redação e Segurança Pública e Defesa Social, analisando o Projeto de Lei Nº 051/2018, **opina pela sua legalidade, e vota favoravelmente à sua aprovação**, conforme o voto da relatora.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2018.

Eliene Soares de Sousa
Relatora

Luiz Alberto Castilho
João Assi
Zacarias Assunção Marques
Antonio Horácio Martins
Marcelo Alves Filgueira